

No Império, governo tentou trazer “semiescravos” da China

Em 1880, Brasil assinou tratado com o país asiático com o objetivo de garantir transição da escravidão para o trabalho livre

Ricardo Westin

EM 1880, A escravidão no Brasil dá sinais claros de que está com os dias contados. Desde 1850, a Lei Eusébio de Queirós proíbe a importação de africanos. Desde 1871, a Lei do Ventre Livre garante a liberdade aos bebês nascidos de escravas. É nesse contexto que os fazendeiros do Império, temendo que o encolhimento da mão de obra leve as plantações de café ao colapso, se mobilizam para substituir os escravos negros por “semiescravos” chineses.

Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, mostram que a solução chinesa tem o apoio do governo. Em 1879, o primeiro-ministro Cansanção de Sinimbu vai ao Senado e pede aos parlamentares que aprovelem a liberação de verbas para uma missão diplomática ir ao outro lado do mundo e negociar um tratado com a China. Na época, os chineses são chamados de “chins”.

— O trabalhador chim, além de ter força muscular, é sóbrio, laborioso, paciente, cuidadoso e inteligente mesmo — argumenta Sinimbu. — Por sua frugalidade e hábitos de poupança, é o trabalhador que pode exigir menor salário. Assim, deixa maior soma de lucros àquele que o tem a seu serviço. É essa precisamente uma das razões por que devemos desejá-lo para o país.

Os chineses, como diz Sinimbu, serão assalariados. Na prática, contudo, o que os fazendeiros querem é repetir a experiência de países como Estados Unidos, Cuba e Peru, onde a exploração dos chineses tem sido tão grande — com pagamentos irrisórios, serviços extenuantes, ambientes insalubres e castigos físicos —, que os trabalhadores ficam na tênue linha que separa a liberdade da escravidão.

Guerras do Ópio

Grandes levas de trabalhadores deixam o império chinês, entre outras razões, por causa da superpopulação (370 milhões de habitantes, contra 10 milhões no Brasil) e da crise decorrente da derrota nas Guerras do Ópio.

No Brasil, parte da sociedade sente temor e repulsa diante da possibilidade de encontrar homens de olhos



Chineses no fim do século 19: império em crise por causa de guerras e da superpopulação

puxados, cabelos trançados a partir da nuca e roupas exóticas transitando pelas fazendas e cidades. Senadores e deputados se manifestam contra a celebração do tratado.

— Não sei que fatalidade persegue este Império, digno de melhor sorte: ou há ter africanos, ou há de ter chins? Li que essa é uma raça porca que muda de roupa só duas vezes ao ano. Quando as nossas leis estabelecem prêmios àqueles que trouxerem para o Império boas raças de animais, tratam de mandar buscar rabichos e caricaturas de humanidade? — critica o senador Dantas (AL).

— Depois de tantos anos de independência, havemos agora de voltar atrás e introduzir nova raça, cheia de vícios, de físico amesquinhado, de moral abatido? Havemos de introduzir semelhante raça somente para termos um pouco mais de café? — questiona o senador Junqueira (BA).

— Venham muitos chins, para morrerem aos centos, aos milhares — ironiza o senador Escagnolle Taunay (SC). — Deles, ficará só o trabalho explorado pelos espertalhões. Que erro colossal! Acostumado à convivência branda e amistosa dos antigos escravos, fazendeiro nenhum será capaz de suportar o contato dos chins. Seus vícios se exacerbam com o uso

detestável do ópio. Só o cheiro que os chins exalam bastará para afugentar o fazendeiro mais recalcitrante.

Na época, estão em voga no mundo teorias racistas pseudocientíficas. Segundo elas, os brancos formam a raça superior e os negros, a raça inferior. No meio deles, como raça intermediária, estão os amarelos. Entre os teóricos da hierarquização das raças, está o diplomata francês Arthur de Gobineau, que serviu no Rio de Janeiro e concluiu que o Brasil era uma país atrasado por causa da miscigenação entre brancos e negros.

— A biologia ensina que, no cruzamento de raças, o elemento inferior é que vicia e faz degenerar o superior — diz o senador Visconde do Rio Branco (MT), alertando para o risco de “mongolização” do Brasil.

“Embranquecimento”

Em 1878, o governo organiza o Congresso Agrícola, no Rio, para discutir os rumos da cafeicultura diante do iminente fim da escravidão. O sonho dos fazendeiros é substituir os escravos negros por trabalhadores originários da Europa. As equivocadas teorias racistas levam à crença de que é preciso “embranquecer” o Brasil.

— Devemos garantir o futuro do país do meio do trabalho de raças inteli-

gentes, robustas e cristãs — afirma, no Senado, o senador Junqueira.

Italianos, espanhóis e portugueses, contudo, não se animam. Eles temem o calor sufocante dos trópicos e o chicote dos feitores das fazendas. Além disso, desejam ser donos da terra, o que a estrutura fundiária do Império não permite. Diante da dificuldade, o Congresso Agrícola traça um plano B: espalhar “semiescravos” chineses pelas plantações até os europeus mudarem de ideia e virem para o Brasil.

Até mesmo os defensores da imigração asiática recorrem a argumentos pouco lisonjeiros para os chineses. O senador Visconde de Albuquerque (PE) é um deles:

— Dizem que os chins vêm amesquinhar a nossa raça, mas não estão aí os nossos índios? Qual de nós não gosta muito de ter um desses índios para o seu serviço? E isso piora a nossa raça? Vejam que tememos raça chim e não tememos a raça preta! O chim não é revolucionário, não tem pretensões.

O senador Cândido Mendes de Almeida (MA) acrescenta:

— São educados sob o regime autoritário mais severo desde o nascer. É com tal espírito de ordem que trabalham.

O primeiro-ministro Cansanção de Sinimbu diz que não é preciso temer o “abastardamento das raças” do Brasil:

— Ainda que venha grande número de asiáticos, é manifesto que nutrem a intenção de voltar para o seu país. Levam tão longe o amor à pátria, que nos contratos até estipulam que os seus cadáveres serão remetidos para a terra natal. Isso prova que não é de prever que queiram fixar-se entre nós.

Cônsul em Xangai

Após muitas discussões, o Parlamento aprova em 1879 a liberação de verbas para que a missão diplomática vá à China. Em 1880, pela primeira vez, um navio brasileiro dá a volta no planeta. Após várias semanas de negociação, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação é finalmente assinado, com a previsão de que os cidadãos chineses poderão transitar livremente no Brasil e vice-versa. Um consulado se instala em Xangai.

Em 1881, quando abre o ano legislativo do Senado e da Câmara, dom Pedro II profere a fala do trono sem fazer menção ao tratado com a China. Os fazendeiros entendem a mensagem: o governo não gastará mais nenhum centavo; se quiserem os “chins”, que os busquem com seu próprio dinheiro. Logo em seguida, tem início a imigração italiana e a solução chinesa é esquecida de vez.

— Mas que serviço prestar na China o nosso cônsul? Até hoje não tem tido ocasião de prestar serviços importantes — disse no Senado, em 1884, constrangido, o ministro de Estrangeiros, Soares Brandão. — Quero crer que no futuro possa haver relações que venham demonstrar que não são de todo destituídos de vantagem e conveniência os serviços de um cônsul na China.

O ministro não podia imaginar que, 135 anos depois, a China seria uma potência mundial e o maior investidor estrangeiro no Brasil.



Caricaturas publicadas pela *Revista Ilustrada* apresentam chineses no campo como ameaça às plantações e na cidade como ladrões

